

A LUTA PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL



Educar o povo é crucial. Mas não parece ser suficiente. Afinal, qual educação será dada é questão fundamental

IRLAN MELO

IRLANMELO@HOJEEMDIA.COM.BR

Fala-se em educação, hoje, evidenciando um caráter amplo, democrático, plural e irrestrito. A escola brasileira garantiu (e ainda garante) o ingresso do aluno à educação de base, cumprindo um dos pilares da sociedade moderna. Mas a permanência de crianças e jovens no espaço educacional é um desafio gigantesco.

O plano de valorização da educação e, consequentemente do aluno, permeia problemas que envolvem uma ampla cadeia reflexiva, instaurando desdobramentos complexos, contraditórios e em alguns casos assustadores. A educação não depende só de novos incentivos, edifícios e materiais coloridos e atraentes, mas, também, de um olhar clínico para diversos envolvimento, desenvolvimentos, rupturas e análises com resultados satisfatórios, como, por exemplo, o número considerável de analfabetos funcionais no Brasil.

O analfabetismo divide-se em duas vertentes: o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional. No primeiro caso, a pessoa não teve nenhum ou pouco acesso à educação. No segundo caso, a pessoa é capaz de identificar letras e números, mas não consegue interpretar textos e realizar operações matemáticas mais complexas.

A condição de analfabeto funcional é caracterizada pela incapacidade de exercitar certas habilidades de leitura, escrita e cálculo necessários para a participação ativa da vida social em diversas dimensões. A permanência de dados preocupantes com relação ao analfabetismo funcional pode ser diagnosticado de uma (das muitas) maneiras: o acesso universal à educação propiciou uma contingência incalculável nas instituições escolares, mas, por outro lado, o processo de

escolarização fracassou em alguns pontos, tendo, assim, a frequência dos alunos, porém, nula – sem conhecimento, sem ensino, sem acompanhamento, sem solucionar as dúvidas que eclodiam na rotina escolar.

Algumas propostas começam a brotar em sistemas de ensino, com um objetivo em comum: erradicar o analfabetismo. Fala-se em inclusão a todo o instante, em diversas camadas da sociedade e, com isso, podemos observar uma preocupação que cresce de maneira (ainda) sutil no ambiente escolar, diagnosticando problematizações, realizando discussões, debates temáticos e inserindo – no contexto base da palavra – as diversidades que completam nossa realidade.

Educar o povo é crucial, uma condição necessária para o progresso da nação. Mas não parece ser suficiente. Afinal, qual educação será dada é uma questão fundamental. O que será lido quando o povo souber ler? Quando vemos famosos intelectuais defendendo ideologias totalmente fracassadas, fica a dúvida: será que o povo poderá ter uma educação decente sob a tutela de quais professores? Me parece que antes de tudo os brasileiros precisam de um antídoto contra a verborragia dos intelectuais do pensamento único. A maioria das desgraças humanas não foi parida por ideias de completos ignorantes, mas sim por intelectuais de renome, como muitos que se arvoram como patronos da educação brasileira. Todos pela Educação! #AcordaBH

Advogado, teólogo e membro da Comissão de Defesa do Direito das Pessoas com Deficiência da OAB/MG. Vereador em BH pelo PR

OS DOIS LADOS DO JORDÃO



O que vi, dos dois lados do rio, foram países sem petróleo – apesar da riqueza do óleo em seus vizinhos

MATEUS SIMÕES

MATEUSSIMÕES@HOJEEMDIA.COM.BR

Há alguns anos alimento a sensação de que era necessário conhecer os “dois lados do Jordão” (o rio que divide Israel da Jordânia, desde o Mar da Galileia, tão referido nos Evangelhos, até o Mar Morto, com seus inúmeros mistérios), sem a pretensão de entender a gravidade das tensões que cercam a região, mas para alargar meus horizontes. Foi o que fiz terminada minha atuação na transição, embarcando para Israel e Jordânia.

O que vi, dos dois lados do rio, foram países sem petróleo – apesar da riqueza do óleo em seus vizinhos –, governos comprometidos em manter a paz em seus territórios – ainda que por estratégias muito diversas – e uma população que sofreu muito com as guerras por que passaram.

Também vi a evidente tolerância religiosa em Israel, onde se ouve o chamado para as orações islâmicas anunciados dos minaretes de inúmeras mesquitas ao alcance das sinagogas, em meio aos peregrinos católicos e ao lado dos judeus ortodoxos, em evidente tranquilidade de convívio diária (sem pretender com isso diminuir o grau das tensões políticas, mas do ponto de vista do homem comum no seu dia a dia).

Na Jordânia, por sua vez, mais pobre e com uma população formada hoje majoritariamente por palestinos e não mais por beduínos – como talvez tenha sido no início –, percebi a mesma tolerância, revelada em outra face: a abertura para o turismo ocidental, aí incluído o turismo oriundo de Israel. Um país que claramente pretende alargar sua capacidade de atrair oci-

dentais com a garantia de que os costumes diferentes não representarão dificuldades aos visitantes. E que se alegra em falar inglês, em receber brasileiros e em mostrar as joias arqueológicas que se encontram ali.

Em ambos, contudo, foi a capacidade de trabalho que me impressionou: a tecnologia israelense para produzir alimento no meio do deserto e dessalinizar a maior parte de sua água; ou a habilidade jordânica para produção de murais; a produção agrícola de verduras e frutas, inclusive banana, para a minha surpresa, dos dois lados do vale do Jordão; a extração de minerais do mar morto; e a promoção do turismo. Tudo isso com disposição de viver e produzir, porque as pessoas que trabalham e organizam suas vidas não se inclinam com tanta facilidade para a guerra – ou para a violência de qualquer espécie.

Aliás, senti-me absolutamente seguro para transitar por onde passei, sem preocupações ou sustos.

São países completamente distintos, com realidades absolutamente diversas. Mas ao final, me impressionei com uma evidente característica: tempos de paz, para que possam focar em trabalho – e não em guerra –, serão capazes de transformar aqueles países profundamente. Espero que eles sejam agraciados com essa paz.

Mestre em Direito Empresarial, procurador da ALMG e professor universitário. Vereador em BH pelo NOVO

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PEDE NOVO EDUCADOR

| CHRISTINA FABEL*

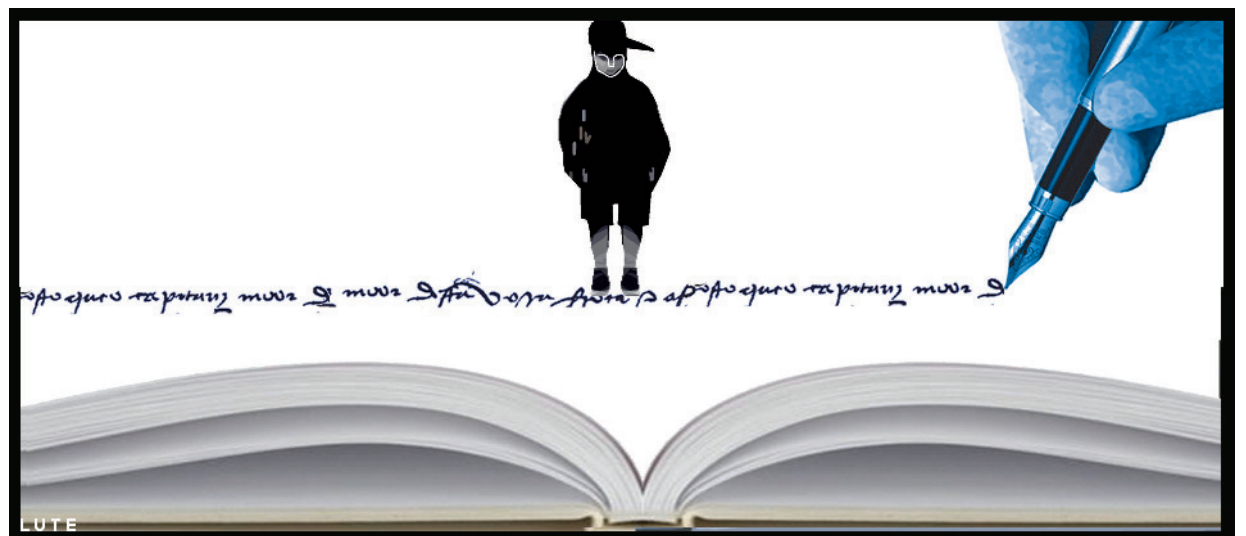
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada como um documento referência para os conhecimentos indispensáveis aos estudantes brasileiros com o propósito de tornar o ensino mais igualitário, contribuindo com a formação cidadã. O sucesso da proposta ainda tem outro desafio para garantir o real acesso dos alunos a uma nova forma de saber: o educador deverá transformar sua forma de ensinar.

A BNCC foi desenvolvida com a colaboração de diversos coletivos como os próprios professores e deverá ser implementada a partir deste ano, com prazo máximo de aplicação no início de 2020. Algumas das exigências são o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, o uso de novas tecnologias e o protagonismo estudantil.

O papel do professor é fundamental em proporcionar a evolução educacional, atuando diretamente em sala de aula com a importante capacidade de identificar necessidades e estimular potenciais. Justamente por causa dessa contribuição, as diretrizes da BNCC não permitem mais o perfil do professor como único detentor do conhecimento. Os estudantes se tornam protagonistas de suas trajetórias, a sala de aula um palco para mediação e o educador é o tutor do processo.

A adoção de novas práticas pedagógicas será a ferramenta facilitadora para a reinvenção dos educadores. Eles precisam estar alinhados com as competências desse século, como o conhecimento de tecnologias digitais, inteligência artificial e robótica, por exemplo.

O processo de aprendizagem também deve ser ancorado em recursos, como pesquisas, experiências práticas e aulas expositivas, uma vez que o investimento em novas formas de ensinar, dentro ou fora



da sala de aula, será fundamental para instigar e promover a curiosidade intelectual.

A formação contextualizada dos professores não precisa excluir todos os métodos e práticas até então usados. A proposta é continuar com as boas práticas, trocar experiências e evoluir no processo do ensino. O crescimento não é uma exclusividade de alunos.

A implementação e concretização da BNCC requerem uma formação inicial e continuada de professores, mas, também, de gestores, que devem estar atentos a inquietações e preocupações dos docentes. Será preciso auxiliar na desconstrução de antigas práticas pedagógicas ineficientes e estimular professores a, juntamente com a direção, colocarem a Base em prática.

Vale ressaltar que não basta somente alunos, professores e gestores passarem pelo processo de transformação e adequação. As famílias também deverão participar da mudança para ajudarem os filhos a entenderem o processo e a importância de um ensino além do livro didático. Os docentes e gestores também devem pensar em ações envolvendo os familiares.

Se todos contribuírem, a BNCC pode ter a chance de ser um instrumento de realização de um sonho antigo dos brasileiros, isto é, uma educação sem distinção entre as regiões, propiciando oportunidades iguais para alunos tão distintos, com suas próprias expectativas, habilidades, culturas e contextos de vida.

(*) Diretora do Colégio ICJ Sistema de Ensino Bernoulli